ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

The relationship between school-family in a contemporary Brazil

SIMIONI, Gabriela Aline de Rezende.
UniFAJ – Centro Universitário de Jaguariúna

SANTOS, Roseli Coutinho dos.
UniFAJ – Centro Universitário de Jaguariúna

RESUMO: Esta pesquisa bibliográfica pretende analisar e discutir as organizações e relações entre escola e família e tem como tema de análise as inter-relações que se formam entre essas duas instituições em contexto brasileiro contemporâneo. Para isto, apresenta-se o conceito de família e suas transformações ao longo dos anos acerca da formação da conduta do sujeito, seguido de um panorama do surgimento da noção de infância e com isto, do nascimento da instituição escola, responsável pelo ensino dos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade. É possível comprovar que esta relação sofreu profundas modificações. Diante da bibliografia analisada, incluindo um estudo sobre as políticas públicas em educação no Brasil desde a colônia, fica claro que a legislação brasileira é um ponto chave na formulação da relação escola-família. A escola tem papel importante no estreitamento dos laços, porém não deve assumir toda a responsabilidade pela educação sozinha, uma vez que a família é uma instituição tão importante quanto a escola, se não mais importante ainda – por ser a primeira – na condução da formação do ser.

Palavras-chave: escola; família; indivíduo.

Abstract: This research is part of the discussions about school and family organizations and has as its theme the interrelationships that form between these two institutions in a contemporary Brazilian context. For this, the concept of family and its transformations over the years about the formation of the subject's behavior is presented, followed by an overview of the emergence of the notion of childhood and with this, the birth of the school institution, responsible for teaching knowledge scientists accumulated by mankind. It is possible to prove that this relationship underwent profound changes. In view of the bibliography analyzed, including a study of public policies in education in Brazil since the colony, it is clear that Brazilian legislation is a key point in the formulation of the school-family relationship. The school plays an important role in strengthening the bonds, but it should not take full responsibility for education alone, since the family is as important an institution as school, if not more important - for being the first one - in the conduct of training of being.

Keywords: school; family; individual.

INTRODUÇÃO

A relação que se estabelece entre as duas grandes instituições formadoras do indivíduo – escola e família – é tema abordado por vários campos do conhecimento, e existe “um relativo consenso entre os autores de que esta é uma relação complexa e por vezes assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre as duas instituições" (NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2000).

A conexão entre a família e a escola começou a ser efetivamente estudada, na sociologia da educação, a partir dos anos de 1960. Antes disso, o tema não era considerado importante, porque “tanto a casa quanto a sala de aula eram espaços privados, não havendo entre eles, relações estreitas” (RIBEIRO, 2004). A importância da família para a escola também tem sido investigada em relação a outros fatores como o “comportamento dos alunos em sala de aula e os problemas de adaptação” (CHECHIA; ANDRADE, 2002). Nogueira (1998) também explica que o envolvimento dos pais com os estudos dos filhos pode influenciar de modo efetivo o desenvolvimento escolar. É por isso que esta pesquisa torna-se relevante e necessária.

Os objetivos desta pesquisa são analisar e discutir as organizações e relações entre a escola e a família e tem como tema de análise as inter-relações que se formam entre essas duas instituições em contexto brasileiro contemporâneo. O tema é bastante amplo e não há intenção de abordar todo o leque de questões que o englobam; mas sim, de aprofundar os estudos na lógica das relações que envolvem as instituições escola e família e na interdependência que se forma entre elas; necessária ao desenvolvimento do indivíduo.

METODOLOGIA

Por tratar-se de pesquisa bibliográfica, em primeira etapa foi realizado um levantamento bibliográfico a partir de duas categorias: família e escola, sendo encontrados em sites de pesquisas como Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca de Teses da UNICAMP e da PUC Campinas. Para que pudesse, então, ser verificado como os pesquisadores de cada campo do conhecimento – Psicologia, Antropologia, Pedagogia, Sociologia – conceituam essas duas instituições e o que revelam a respeito dessa relação de conflitos. Sendo essas duas

organizações de cunho amplamente social, não podemos desassociar o contexto histórico ao abordarmos o processo de mudança pelo qual a relação entre elas se caracteriza.

Para que se compreenda o social é importante que se questione as concepções universais e que se pense o tema em termos de processos e contextos, ao invés de problemas isolados, conforme sugere Zago (1998). Para tanto, foi realizada uma análise historiográfica das transformações ocorridas no Brasil a partir do Período Republicano até os dias atuais, no âmbito social e no constitucional, para se entender como se configuraram essas relações de maneira longitudinal.

A partir da pesquisa bibliográfica e de análise documental e histórica, as linhas de pensamento dos campos de pesquisa abordados foram cruzadas como forma de se entender a prática que se forma em escolas públicas e privadas. E, dessa forma, pode-se analisar criticamente o papel da família e o da escola nessa nova realidade social e a maneira como a relação entre essas duas instituições afeta tanto as crianças e adolescentes em processo de formação e desenvolvimento como os professores atuantes nesta realidade.

Escola-Família no Brasil contemporâneo

As instituições família e escola são as matrizes formadoras da identidade e aprendizagem do ser humano, com “significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (DESSEN; POLONIA, 2007). Na contemporaneidade, diversos são os autores/pesquisadores que levantam a questão acerca das inter-relações que se estabelecem entre essas duas grandes organizações sociais, tão distintas e tão atinentes ao mesmo tempo. Mário Sérgio Cortella (2015), filósofo e educador, afirmou em entrevista concedida à revista Pais & Filhos que:

> *[...] é essencial a parceria da família com a escola, pois a primeira é apoiada pela segunda na educação dos filhos. Muita gente confunde educação com escolarização, mas a escolarização é apenas um pedaço da educação. Por isso, não há uma parte da formação que seja exclusiva dos pais sem o apoio da escola, assim como não há uma obrigação que seja somente da escola* (CORTELLA, 2015).

O tema é suscetível de ser abordado por vários campos do conhecimento, cada qual interpretando a sua maneira a relação escola-família. Em entrevista à Revista Gestão Escolar (2009), Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmou que o papel do pai e da mãe é estimular o comportamento de estudante nos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem e incentivando a pesquisa e a leitura. Maria do Carmo Brant de Carvalho, coordenadora geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), em São Paulo, afirma que muitos pais veem a escola como um benefício e não um direito e confundem qualidade com a possibilidade de uso da infraestrutura e dos equipamentos públicos; e isso de nada adianta se a criança não aprender.

> *Enfocando os aspectos sociais, os autores Gomes (1993), Grünspun e Grünspun [s.d.], Casas (1998), se referem às transformações sociais ocorridas dentro da instituição familiar, e explicam que poucos são os casos em que os pais compartilham a responsabilidade sobre a vida escolar de seus filhos* (CHECHIA; ANDRADE, 2002, p.01).

Em sua tese, Ribeiro (2004) observa que a maneira como essa relação vem ocorrendo tende a aumentar ainda mais a distância entre o conhecimento formal propagado pela escola e a realidade das famílias populares, principalmente aquelas mais desfavorecidas social e economicamente. Lima (1991) revela que não é possível analisar a criança com adaptação ineficaz fora do contexto familiar e dá ênfase ao distanciamento entre pais e filhos como fator de dificuldade no desempenho e na adaptação.

> *A escola e a família, assim como outras instituições, vêm passando por profundas transformações ao longo da história. Estas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar de forma que a família, em vista das circunstâncias, entre elas o fato de as mães e/ou responsáveis terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas* (PRADO, 2009).

Uma vez que se observa na realidade atual brasileira uma possível transferência de responsabilidades educativas, sociais, culturais e afetivas que no passado eram atribuições do âmbito familiar e que atualmente estão mais relacionadas à escola, mostra-se necessária a análise de diversas mudanças históricas e sociais que ocorreram no Brasil nos últimos anos; como a

reorganização do mercado de trabalho, com intensificação do processo de urbanização, crescimento do setor de serviços e o avanço tecnológico, que, como consequência, permitiram a entrada e permanência da mulher no espaço público, também como provedora do lar, transformando os padrões da hierarquia familiar.

Família: algumas definições

A família tem grande influência no desenvolvimento da criança, é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, "um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades" (KREPPNER, 2000 apud DESSEN; POLONIA, 2007). Logo, no convívio com os demais integrantes da família, a criança percebe sua cultura, suas crenças, seus costumes, desenvolve uma visão de mundo e constrói relações sociais. Portanto, a entidade família exerce efeito considerável e forte interferência na conduta dos indivíduos. Pode-se dizer assim que esta instituição é responsável pelo "processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes" (SCHENKER; MINAYO, 2003 apud PRATTA; SANTOS, 2007).

Contudo, a organização familiar sofreu modificações nos últimos anos nos âmbitos social, cultural, político e econômico, e já não se pode mais defini-la enquanto modelo único, limitando-se à família nuclear (pai, mãe e filhos dos mesmos pais); Atualmente existem vários tipos de arranjos familiares, segundo Simões e Hashimoto (2012):

> *Temos a família chefiada por mulheres, a família monoparental, a família constituída a partir de novas uniões de um ou de ambos os cônjuges, as famílias adotivas, outras famílias em que os avós ocupam-se totalmente da educação daqueles que seriam seus netos, há as famílias homoparentais e outras que defendem a guarda ou a partilha da criança num plano de igualdade entre a mãe o pai.* (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012, p. 16)

Formas distintas e decorrentes dos tempos modernos, em que casais se unem e se desunem por diversas vezes e passam a conviver ou não, com filhos, frutos de antigas relações conjugais e filhos que nascem dessas novas uniões (SZIMANSKY, 1992; WAGNER, 2002 apud BOTTOLI; BÜRGER; CASTRO; FERRÃO, 2012).

A família nuclear brasileira do século XIX organizava-se segundo o binômio positivista de Auguste Comte (1798-1857) em “Ordem e Progresso”. Enquanto o homem era o senhor do espaço público, representante do progresso, a mulher era a senhora do espaço privado, a dona da casa, aquela que zelava pela manutenção da ordem. Segundo Alves (2009), uma estrutura social em que a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais. O pai detinha todo o poder econômico e trabalhava fora, a mãe ficava em casa cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos; ela acompanhava as tarefas escolares e estabelecia as regras familiares, como o respeito e a cidadania.

> *Se o comando do lar era responsabilidade da mulher, pois esta deveria administrar o lar e educar os filhos, a ausência do homem era comum em seu domicílio, devido à sua dedicação aos negócios [...]* (ALVES, 2009).

A família mostrava à criança seus deveres morais e sociais, e pouquíssimo se tratava do lado sentimental e afetivo. Entretanto, essa estrutura rígida, fechada e com determinado padrão de educação dos filhos, sofreu e continua sofrendo mudanças significativas no decorrer dos anos.

Desse modo, faz-se de importância para o entendimento do referido tema apontar algumas mudanças paradigmáticas que se desencadearam no mundo a partir da segunda metade do século XX, como por exemplo

> *[...] um conjunto de acontecimentos especialmente relacionados ao processo de urbanização e desenvolvimento das cidades e à entrada das mulheres no mercado de trabalho [que] levou a mudanças econômicas da sociedade [e] que contribuíram não só para o início do processo de autonomia e independência financeira da mulher diante do homem como também acenam para mudanças nos usos, costumes, valores e projetos de família* (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012).

Nesse sentido, é possível afirmarmos que os papeis de homens e mulheres na constituição da família brasileira vêm se modificando e por muitas vezes, se confundindo. O homem tem assumido novas funções no exercício da paternidade e a mulher, no meio profissional. Temos então o que Figueira (1987) define como “família igualitária”, homens e mulheres compartilhando os espaços públicos e privados, exercendo funções remuneradas no mercado de trabalho, dividindo as responsabilidades domésticas e a criação dos filhos.

São implementadas também nesta época, as teorias pós-críticas e, dentre elas, o multiculturalismo aparece com grande força, pois retrata uma ideia de abertura de novas possibilidades, de novas formas de enxergarmos a realidade, inclusive no que diz respeito à estrutura familiar. Como afirma Silva (2015), tornou-se lugar-comum destacar a diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo.

Mesmo que um tipo de família seja diferente do outro, as funções básicas desempenhadas, durante o processo de desenvolvimento de seus membros, permanecem as mesmas. Quando há uma boa educação familiar, há também uma base sólida e segura para que o indivíduo enfrente as dificuldades da vida em sociedade.

Não obstante, o crescimento profissional da mulher e sua constante permanência fora do espaço doméstico, tem nos levado também a um novo arranjo dessa educação que os filhos recebem; devido à mãe trabalhar fora de casa, os filhos tendem a ir às escolas ou creches desde muito cedo, o que, segundo Figueira (1987), tem provocado uma inexistência de referenciais claros que orientem a conduta de crianças e adolescentes.

Pode-se afirmar, portanto, que a implantação das políticas neoliberais nos anos 1990, a redemocratização e a abertura econômica no Brasil, em um cenário de pós-militarismo, rompeu com o paradigma da família tradicional/patriarcal. O sistema jurídico estabeleceu regramentos segundo a realidade social e esta alcançou diretamente o núcleo familiar, regulamentando a possibilidade de novas concepções de família, instaurando a igualdade entre homem e mulher, ampliando o conceito de família e protegendo todos os seus integrantes (MARIANO, 2009).

O papel da Escola na constituição do indivíduo

Criança sempre existiu, mas infância não (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009). A noção que temos hoje de infância é algo muito recente. Até os séculos XV e XVI não havia tal percepção e a criança era vista como um adulto em miniatura. Não havia diferenciação para o tipo de vestimentas ou de literatura para adultos e crianças, e estes participavam das mesmas conversas, reuniões e atividades dos adultos, sendo elas domésticas ou de trabalho.

Gradativamente, esse entendimento começou a se transformar, mas foi apenas na sociedade capitalista do século XIX, com o surgimento da estrutura familiar nuclear e da conveniência de se manter descendentes é que se fez fundamental definir um conceito de infância, e a criança passa a ser percebida como um ser frágil e que precisa ser cuidado.

> *Agora a criança começa a ser percebida como um ser inacabado, carente e, portanto, individualizado, produto de um recorte que conhece nela a necessidade de resguardo e proteção* (NARODOWSI, 2001, p. 27).

Torna-se relevante, portanto, oferecer à criança um ambiente de obtenção e compreensão do conhecimento acumulado pela humanidade. E quem vai se encarregar dessa tarefa é a escola, deixando a família de ser a entidade única responsável pelo desenvolvimento do homem enquanto sujeito. Desta forma, a escola nasce com a função de transmitir o conhecimento humano culturalmente organizado e, também, segundo Oliveira (2000) apud Dessen e Polônia (2007),

> *[...] com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras* (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 26).

Desse modo, havia uma nítida separação entre as funções educacionais da família e da escola: a família era encarregada da “educação” para o convívio em sociedade, pelo ensinamento dos bons modos, dos hábitos, dos princípios e da conduta moral; e a escola deveria cuidar da “escolarização”, responsável por oferecer aos indivíduos o contato com o conhecimento historicamente desenvolvido pelos seres humanos e, dessa forma, contribuir para o contínuo desenvolvimento dos cidadãos (FLACH, 2011).

Todavia, vale ressaltar que em seu primeiro momento a instituição escola no Brasil era destinada e acessível apenas a uma parcela mínima da sociedade, tida como instrumento das classes dominantes para manutenção de sua hegemonia (ROCHA, 2004). Assim, havia os filhos da aristocracia que eram instruídos por tutores particulares em casa; os filhos da burguesia que disputavam as poucas vagas nos raríssimos colégios e, aos pobres, sobravam

as escolas que se limitavam em ensinar a ler, escrever e contar. Às mulheres, cabia-lhes uma condição inferior em relação ao homem; e recebiam apenas educação doméstica e religiosa. Portanto, no século XIX, a imensa maioria da população não tinha acesso à escola e era analfabeta (FUSINATO; KRAEMER; 2013).

Sendo um reflexo da sociedade, visto que forma cidadãos para ela, a escola ecoa as transformações do mundo ao mesmo tempo em que precisa enfrentá-las. Logo, as alterações de toda a sociedade moderna e também da estrutura familiar a partir das mudanças ocorridas no século XX, também tiveram influência no rearranjo social dessa instituição, visto que é formada por seres de diferentes pensamentos, crenças e costumes.

> *A evolução da escola no Brasil sofre um forte incremento na reestruturação econômica, ocasionada pelo processo de industrialização iniciado na segunda metade dos anos de 1920 e a instauração de uma nova ordem política caracterizada pelo rompimento com acordos que sustentavam as elites no poder* (FUSINATO; KRAEMER; 2013).

Em um cenário de criação das identidades nacionais, de intensa industrialização e modernização mundial que passaram a exigir mão de obra cada vez mais capacitada, evidencia-se a necessidade de uma escola pública, leiga, gratuita e obrigatória, a qual, na concepção de Bobbitt, deveria funcionar da mesma forma que qualquer indústria, seguindo os princípios da administração científica de Taylor e tendo a eficiência como palavra de ordem.

Ocorre então a massificação do ensino, levando as camadas populares, antes excluídas, à escola. E, para que seu propósito fosse atingido, estabelece-se também um ensino que chamamos hoje de tradicional, cheio de normas, regras, autoritarismo, disciplina e castigos, trazendo a figura do professor como detentor de todo o conhecimento. Assim sendo, o professor dominava os conteúdos logicamente organizados e estruturados para serem transmitidos aos alunos.

No Brasil, durante os anos de 1920 e 1930 surge o Movimento da Educação Nova para contrapor o sistema tradicional de ensino e redefinir a noção de criança e o seu papel presente na educação. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, propõe o direito biológico da educação, o aluno como figura central do processo educativo e uma nova

pedagogia que tinha como objetivo a socialização da escola, de maneira que esta deveria ser igualitária a todos.

> *Isto não implicaria em uma oposição entre família e Estado no tocante à educação, dado que caberia ao segundo conclamar a primeira e continuar colaborando, dentro de suas novas tarefas, com a educação, através de uma cooperação entre pais e professores em proveito da escola* (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009, p. 44).

Logo, percebe-se que as mudanças estruturais na constituição familiar, tanto quanto as novas maneiras de se pensar a educação no Brasil nos últimos anos, ampliaram o papel educativo da escola. Sua função hoje não se limita apenas à propagação de conhecimento científico, mas também em manter e melhorar o desenvolvimento do ser, assim como prepará-lo para a vida em sociedade. E não se resume a isso, posto que, com a maior participação da mulher no mercado de trabalho, ela que era encarregada de cuidar da casa e da educação dos filhos, agora tem suas tarefas divididas entre o espaço público e o privado, o que, segundo SOUZA (2009), passa a exigir que a escola ocupe o vazio que a família não pode preencher.

Portanto, percebe-se uma nova organização afetiva, na qual o professor e os colegas são as pessoas com quem a criança compartilha maior parte de seu dia. Muitas vezes, é na escola que a criança aprende as regras de convivência social, como respeitar o próximo, trabalhar em coletividade, ter horários para brincar, para comer, organizar seu espaço, e por meio dessas relações, a escola educa. Logo, percebe-se que o papel da escola supera a condição de mera transmissora de conhecimentos (SOUZA, 2009).

A grande questão que queremos ressaltar neste trabalho é que muitas vezes essa relação escola-família não está em situação de equilíbrio, sobrecarregando esta última de responsabilidades educativas e sociais. A família considera a escola como colaboradora no processo de ensino-aprendizagem da criança, mas acaba esquecendo-se de seu próprio papel, transferindo ampla parcela de sua responsabilidade como instituição primária do desenvolvimento do indivíduo, para a escola.

> *Essa erosão do apoio familiar não se expressa só na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar. Num sentido mais geral e mais profundo, produziu-se uma nova dissolução entre família, pela qual as crianças chegam à*

> *escola com um núcleo básico de desenvolvimento da personalidade caracterizado seja pela debilidade dos quadros de referência, seja por quadros de referência que diferem dos que a escola supõe e para os quais se preparou.* (TEDESCO, 2002, p. 36).

Políticas Públicas em educação no Brasil

O envolvimento do governo com a educação no Brasil é bastante recente e sua preocupação em desenvolver políticas públicas educacionais passa a um debate mais intenso apenas no século XX, quando as transformações na sociedade mudam também o modo de enxergar a educação, pressionando o governo por medidas condizentes com a realidade social.

> *Uma Constituição não se elabora ao simples prazer dos legisladores, mas representa as reivindicações, as aspirações dos diversos segmentos da sociedade. Ela representa o resultado das correlações de forças, muitas vezes antagônicas, que refletem a vontade de uma nação* (FLACH, 2011, p. 296).

A educação, do período colonial até a Proclamação da República, não era vista como prioridade pelo governo português; passa-se pelos colégios jesuíticos; pela pedagogia pombalina com suas aulas régias; pelas escolas de primeiras letras; e alguns investimentos em faculdades e academias instituídos por D. João VI. Nenhuma dessas modalidades de ensino, porém, tinha como prioridade o desenvolvimento integral do indivíduo.

Uma pequena mudança surge após a Proclamação da República com a Constituição de 1891, que assegura o ensino laico, separando escola e religião. O Estado Novo de Getúlio Vargas também trouxe avanços para a educação no Brasil e, pela primeira vez, fala-se da necessidade de se compor uma Lei de Diretrizes. É também nessa fase do Brasil que se institui o Ministério da Educação e Saúde (MES) que depois passará a ser Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um documento que defendia a educação essencialmente pública, gratuita, obrigatória, laica e única. O movimento teve forte influência na Carta de 1934, a qual estabelecia a educação como elemento fundamental ao exercício da cidadania, dado que, para votar era preciso ser alfabetizado.

Com o Golpe Militar de 1964, a Constituição passa por uma série de emendas, e a educação pública sofre com a repressão, privatização e exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009).

Apenas no final do século XX, com a abertura política e a redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 tenta reformar a educação brasileira. A Nova Lei de Diretrizes e Bases também começou a ser discutida, chegando ao legislativo em 1993, sendo aprovada, após debates e modificações, em 1996, por meio da lei 9.394/96 de 20 de dezembro.

Com a mudança da Constituição Federal e a promulgação de duas novas leis que norteariam a educação brasileira – o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) –, a criança e o adolescente passaram a ter direito à educação, garantida pelo Estado. Com isso, o ensino escolar tornou-se obrigatório e o acesso intensificou-se, trazendo para a escola uma parcela da população antes segregada deste meio social. Percebe-se que o acesso à escola em seus diversos níveis passava, finalmente, a sair dos discursos.

> *A educação colocada como direito de todos e dever do Estado e da família é entendida como primordial para o desenvolvimento do ser humano, para que este exerça plenamente a cidadania e, de quebra, obtenha qualificação para o trabalho* (FLACH, 2011, p. 298).

A educação, portanto, integrada à saúde, trabalho, segurança e cultura, passa a ser direito assegurado de todos os cidadãos. Fica também garantido o direito de todos de frequentarem o ensino fundamental, gratuito e obrigatório. A Carta determina que é dever da família, do Estado e da sociedade garantir e manter a educação como uma prioridade na vida do indivíduo. Com base em tais disposições, as escolas adquiriram a obrigação de se articular com as famílias e, os pais/responsáveis, o direito de ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais, segundo o disposto no artigo 53, parágrafo único, do ECA.

A legislação educacional evoluiu, acompanhando a tendência em conceber a educação como direito de todos e dever do Estado, balizada por uma construção coletiva garantidora e facilitadora do acesso ao ensino.

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

> *Escola e família têm suas especificidades e suas complementaridades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais, ou seja, o domínio do objeto que as sustenta como instituições* (OLIVEIRA, 2007).
>
> .

Contudo, a relação escola-família sofreu alterações e as duas instituições têm adquirido cada vez mais responsabilidade na formação e na educação do indivíduo. E, em alguns casos, o limite entre as atribuições de uma e de outra tem se cruzado, deixando em dúvida se realmente existe tal separação. Conforme atesta Ribeiro (2004), a educação formal e a informal vão distinguindo-se cada vez menos, e o papel materno e paterno vai se confundindo com o papel docente.

Constantemente é possível observar discussões acerca do debate entre a relação escola-família. Muitos especialistas tentam encontrar soluções para melhorar esse relacionamento, empenhando-se em esclarecer questões sobre como ensinar, como educar, como estabelecer limites. Entretanto, com a entrada da mulher no ambiente profissional, os papéis da família mudaram e hoje a mãe não é a única responsável por acompanhar o desempenho escolar dos filhos. No final das contas, percebe-se que muitas dessas tarefas foram designadas à escola. Cortella (2014) apresenta a “terceirização” da formação que deveria ser realizada na família:

> *Pais e mães ou outros responsáveis, em função da maior requisição de tempo que o trabalho obriga, vêm-se desobrigando (por cansaço ou desatenção) da formação cívica, sexual, religiosa, ética, ecológica e deixando mais para a Escola (a quem já cabia carga adicional de formação científica) o encargo das novas gerações.* (CORTELLA, 2014, p. 99)

É nítido que, da mesma forma que não existe mais uma única estrutura familiar, também existem diferentes tipos de escola, mas o que não se pode deixar de ressaltar é que as duas entidades são de extrema importância na formação do indivíduo.

Independente do arranjo familiar que se estabeleça, o que mais afeta a criança e o adolescente é o sentimento de pertencer a uma família, de saber que

faz parte de algo e que é valorizado. Como assegura Souza (2009), os alunos que recebem atenção significativa por parte da família, tendem a apresentar um melhor rendimento escolar, ao passo que aqueles que não recebem atenção adequada apresentam quase sempre desempenho escolar abaixo do esperado.

Portanto, é fundamental que a família se faça presente em todos os momentos, sejam eles pequenos ou não, pois para os filhos qualquer situação de contato se torna importante. Por exemplo, quando alguém se interessa em saber como foi seu dia, quando verificam se ele fez a lição de casa ou questionam sobre a nota da prova.

> *[...] os aspectos psicológicos da família influenciam na educação escolar dos filhos, ou seja, os filhos vivem reflexos negativos e positivos do contexto familiar, internaliza-os conforme o modelo recebido, e esses modelos parecem possuir um peso considerável no contexto escolar* (CHECHIA; ANDRADE, 2002).

Já a escola enquanto instituição formadora tem metas a serem atingidas, tem assuntos a serem ensinados e mesmo sem a colaboração da família, ela tem tomado para si a responsabilidade de ensinar não apenas os conteúdos formais, mas também valores e condutas, pois precisa disso para cumprir sua função social.

Entretanto, os valores devem ser transmitidos pela família e serem aperfeiçoados pela escola como conteúdo transversal, ensinados durante as disciplinas curriculares, uma vez que esta tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a família tem a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade (OLIVEIRA, 2007).

O dualismo escolar ainda é uma forte questão na realidade brasileira. Desde a época da Colônia tem-se uma educação voltada às classes dominantes e outra para o restante da população, menos favorecida. Em pleno século XXI tem-se a escola particular e a escola pública e nas duas a relação que se constitui entre escola e família é bastante complicada.

Nas escolas particulares tem-se os pais que cobram da instituição a resolução de todos os problemas educativos, sob o discurso de que estão

pagando pelo ensino, portanto, exigem resultados. Logo, passa a ser tarefa da escola prover toda a educação de que o indivíduo precisa, criando uma percepção mercadológica da educação. Nas escolas públicas, a incumbência é a mesma, porém sob outro enunciado. Muitas famílias depositam na escola a esperança de um futuro melhor para seus filhos e a ela transferem toda a responsabilidade de uma boa educação.

Percebe-se então que a família ainda está distante da escola. Esteves (1999) apud Souza (2009) assegura que "a família renunciou às suas responsabilidades no âmbito educativo, passando a exigir que a escola ocupe o vazio que eles não podem preencher". Entretanto, crianças e adolescentes dividem seu dia entre esses dois ambientes, e por isso a educação não deve ocorrer em um só lugar.

É preciso que haja uma relação de transparência entre o trabalho das duas instituições. É em casa que devem ocorrer as primeiras formas de educação, mas ela continua na escola. A escola vai auxiliar para que o indivíduo não obtenha ali somente os conhecimentos científicos, mas também os bons modos, regras e valores que aprendeu em casa e estabeleça interações sociais, principalmente pelo fato de as crianças passarem tanto tempo na instituição. Até porque um projeto educativo é coletivo e não individual (CORTELLA, 2014).

Até mesmo a legislação brasileira indica uma parceria entre a família e o Estado na educação do indivíduo. A LDB, em seu artigo 1º afirma que

> *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais* (BRASIL, 1996).

No artigo 2º a educação é apresentada como "dever da família e do Estado" e, a este, cabe-lhe a garantia da oferta de uma educação de qualidade, igualitária e acessível. Os pais ou responsáveis devem efetuar a matrícula das crianças a partir dos quatro anos de idade. Em seu artigo 12, inciso VI, a Lei estabelece como dever do Estado "articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola".

Desse modo, a escola deve promover meios de comunicação junto aos pais, trazendo-os sempre para o convívio no ambiente escolar, estimulando sua participação ativa na vida dos filhos, uma vez que uma educação de qualidade

depende dessa parceria. A escola precisa usar todos os métodos possíveis para a aproximação direta com a família possibilitando “compartilhar informações significativas em relação aos seus objetivos, recursos, problemas e até questões pedagógicas” (PARO, 1992, p.30).

É importante observar que é por esse e vários motivos que as duas instituições não se separam. Portanto, pode-se entender que a família e a escola devem estar interligadas por um único objetivo: o amplo desenvolvimento do indivíduo em meio à sociedade, garantindo sua segurança, educação e formação crítica. É também fundamental que as duas instituições tenham ciência da importância dessa parceria na vida da criança e do adolescente, conheçam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional do filho/aluno. (SOUZA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o papel das instituições escola e família ao longo dos anos, percebe-se que as alterações sociais e econômicas, principalmente a urbanização e industrialização do século XX tiveram forte interferência na relação que se estabelece entre elas. Pode-se afirmar que, inicialmente, a família era responsável pela transmissão dos valores morais do indivíduo, e cabia à escola apenas o ensino dos conhecimentos científicos.

Com a entrada da mulher no âmbito profissional e a abertura econômica do mercado, a criança tem passado mais tempo no ambiente escolar, em companhia de colegas e de professores. Logo, a escola tem assumido involuntariamente a responsabilidade pela educação e formação do sujeito como um todo.

Entretanto, diante da pesquisa bibliográfica realizada, entende-se que as duas instituições são fundamentais ao desenvolvimento social e cognitivo do indivíduo e que se faz essencial uma parceria efetiva entre elas, a qual deve partir da escola, pois segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, é dever do Estado fazer a articulação entre a escola e a família.

A família, em consenso com a escola, é fundamental ao pleno desenvolvimento do indivíduo e, consequentemente, essas instituições são a coluna vertebral do desenvolvimento integral do ser humano. Entretanto, para

que essa parceria funcione, é necessário que a escola elabore maneiras de trazer a família para perto.

Família e escola são entidades diferentes, porém, apresentam um objetivo muito claro em comum: a importante tarefa de preparar crianças e adolescentes para a vida em sociedade, produzindo um sujeito crítico, participativo e pensante, de modo que este possa atuar na sociedade, modificando-a.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. R. **Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações**. Disponível em <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf>. Acesso em 02/02/2020.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05/02/2017.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 05/02/2017.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 05/02/2017.

BOTTOLI, C.; BÜRGER, R. B.; CASTRO, L. M.; FERRÃO, N. R. **Transformações da família nuclear para a família contemporânea: novas configurações**. Santa Maria, RS, 2012.

CHECHIA, V. A. e ANDRADE, A. S. Representação dos pais sobre o desempenho escolar dos filhos. IN: **SEMINÁRIO DE PESQUISA**, V, TOMO II, LIVRO DE ARTIGOS, p. 207-219, Ribeirão Preto, SP, 2002.

CORTELLA, M. S. Educação, **Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

CORTELLA, M. S. Bom exemplo é a melhor forma de educar. Entrevista concedida a **Revista Pais & Filhos** em 17 abril 2015. Disponível em https://paisefilhos.uol.com.br/familia/bom-exemplo-e-a-melhor-forma-de-educar/ Acesso em: 13 jun 2018.

COSTA, M. S. A escola da família. Entrevista concedida à **Revista Gestão Escolar** em 01 agosto 2009. Disponível em https://gestaoescolar.org.br/conteudo/751/a-escola-da-familia Acesso em: 13 jun 2018.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Revista Paidéia.** vol. 17, n. 36, p. 21-32. Ribeirão Preto, SP, 2007.

FIGUEIRA, S. A. Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: **Jorge Zahar**, 1987.

FLACH, S. F. Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **Revista HISTEDBR** On-line. n. 43, p. 285-303. Campinas, SP, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: Novas exigências educacionais e profissão docente. **Coleção Questões da Nossa Época**: v. 67. 4ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

MARIANO, A. B. P. **As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares.** Curitiba, PR, 2009.

NARODOWSKI, M. Infância e poder: conformação da Pedagogia Moderna**. Editora da Universidade São Francisco**, Bragança Paulista, SP: 2001.

NOGUEIRA, M. A. Relação família escola: um novo objeto na sociologia da educação. **Revista Paidéia**, Fev./Agosto, p. 91-103. Ribeirão Preto, SP: 1998.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.) Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: **Vozes**: 2000.

OLIVEIRA, C.B.E. Psicologia escolar e a relação família-escola no ensino médio: estudando as concepções desta relação. **Universidade de Brasília**, 2007.

PARO, V. H. Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais. São Paulo, **Xama**: 2000.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. Maringá, PR: 2007.

RIBEIRO, D. F. Os bastidores da relação família-escola. FFCLRP – **Departamento de Psicologia e Educação.** Ribeirão Preto, SP, 2004.

ROCHA, A. P. A instituição escola na sociedade dividida em classes: Uma construção histórica. **Serviço Social em revista**, v. 6, n. 2, jan/jun, 2004.

SIMÕES, W. I. F.; HASHIMOTO, F. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século X. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmicas, Minas Gerais, v. I, n. 02, Out. 2012.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. 7ª reimp. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2015.

SOUZA, M. E. P. Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. **Santo Antônio da Platina**, PR: 2009.

TEDESCO, J. C. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: **Ática**, 2002.

ZAGO, N. Realidades Sociais e Escolares e Dinâmica Familiar nos meios populares. **Revista Paidéia**, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, fev/ago, p. 45-60. 1998.